



Concurso Público para provimento de cargos de
Juiz do Trabalho Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

Prova Objetiva Seletiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida a utilização de nenhum material de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Bloco I****Direito Individual e Coletivo do Trabalho**

1. Quanto ao cargo de confiança, é correto afirmar:

- (A) O empregado que percebe gratificação de função por mais de 3 anos consecutivos, tem o direito de continuar recebendo a gratificação de função no retorno ao exercício de seu cargo efetivo, em razão do princípio da estabilidade financeira.
- (B) O bancário que exerce cargo de confiança e recebe gratificação inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.
- (C) O fato de o empregado exercer cargo de confiança no contrato de trabalho exclui o direito ao adicional de transferência.
- (D) Salvo no caso de prática de falta grave, é assegurada ao empregado garantido pela estabilidade que deixar de exercer cargo de confiança, a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado.
- (E) O empregador poderá reduzir o valor da gratificação de função paga ao trabalhador quando se tratar de exercício de função comissionada.

2. Analise as afirmações abaixo.

- I. A Justiça do Trabalho, na ausência de disposições legais ou contratuais, decidirá, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que os interesses de classe ou particulares não prevaleçam sobre o interesse público.
- II. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que for compatível com os princípios fundamentais deste.
- III. O direito do trabalho, com suporte na clássica teorização de *Hans Kelsen*, sobre a estrutura dinâmica das normas, sujeita-se à pirâmide hierárquica de verticalidade fundamentadora entre diplomas normativos, mediante a qual um diploma encontra respaldo e fundamento naquele que lhe é superior.
- IV. Segundo a jurisprudência trabalhista dominante, o regulamento de empresa não tem caráter de fonte normativa autônoma, ingressando nos contratos individuais como se fossem cláusulas contratuais.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

3. Segundo a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, quanto às férias é correto afirmar:

- (A) Na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito à remuneração relativa ao período incompleto das férias, na proporção de 1/12 por mês de serviço ou fração superior a 14 dias, acrescida da gratificação constitucional, desde que não tenha sido dispensado por justa causa, antes de completar seis meses de trabalho.
- (B) As férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a quinze dias corridos.
- (C) Os dias feriados, oficiais ou costumeiros não serão computados como parte do período mínimo de férias anuais remuneradas.
- (D) A época de concessão das férias será determinada pelo empregador, levando-se em conta as necessidades do trabalho e as possibilidades de repouso e diversão dos empregados, após consulta ao empregado interessado ou ao seu sindicato.
- (E) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.

4. A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo

- (A) pode ser realizada para o exercício de atividades de natureza temporária ou permanente, por produtor rural pessoa física, jurídica e agroindustrial, proprietária ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica, e, se superar dois meses de contratação dentro do período de um ano, será convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado.
- (B) não pode ser realizada para o exercício de atividades de natureza temporária por se caracterizar como "merchandise".
- (C) pode ser realizada para o exercício de atividades de natureza temporária por produtor rural pessoa física, proprietário ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica, e, se superar dois meses de contratação dentro do período de um ano, será convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado.
- (D) pode ser realizada para o exercício de atividades de natureza temporária por produtor rural pessoa física, jurídica e agroindustrial, proprietária ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica, e, se superar três meses de contratação dentro do período de um ano, será convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado.
- (E) pode ser realizada para o exercício de atividades de natureza temporária ou permanente, apenas por produtor rural pessoa física, proprietária ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica ou agroindustrial, e, se superar três meses de contratação dentro do período de um ano, será convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado.



5. É INCORRETO afirmar que o serviço voluntário
- (A) pode ser prestado por menor de 16 a 24 anos, integrante de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, que receba auxílio financeiro da União, por um período máximo de seis meses e que será pago pelo órgão ou entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, previamente cadastrados no Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (B) poderá ter seu prestador ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.
 - (C) é a atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.
 - (D) não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.
 - (E) deve ser exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, com a previsão expressa de objeto e condições de seu exercício.
6. A estabilidade provisória é direito reconhecido legalmente a todos os empregados
- (A) acometidos por doença grave por prazo igual ao do afastamento, até o limite de sessenta dias após a alta médica.
 - (B) nomeados para o Conselho Nacional da Previdência Social, desde a nomeação até um ano após o término do mandato.
 - (C) dispensados por ato discriminatório do empregador, pelo período de um ano a contar de sua reintegração ao trabalho.
 - (D) com tempo de serviço igual ou superior a 5 anos na mesma empresa e que contarem com menos de 24 meses para a aquisição da aposentadoria integral por tempo de serviço.
 - (E) que retornarem de férias, licença-maternidade ou afastamento involuntário não inferior a 30 dias, pelo período de três meses.
7. O Conselho Tutelar é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto por
- (A) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos, permitida uma recondução, que exercem função de interesse público relevante e sem remuneração.
 - (B) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução, que exercem função de interesse público relevante, mas que podem ser remunerados.
 - (C) seis membros, de reconhecida idoneidade moral e idade superior a 45 anos, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três anos, permitida uma reeleição.
 - (D) seis membros, de reconhecida idoneidade moral e idade superior a 35 anos, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três anos, permitidas duas reeleições.
 - (E) cinco membros, de reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de dois anos, permitidas duas reeleições.
8. Em caso de prorrogação do horário normal e trabalho aos domingos exercido por empregada mulher, será obrigatório um descanso de
- (A) quinze minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.
 - (B) quinze minutos no mínimo, durante o período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.
 - (C) cinco minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.
 - (D) dez minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento mensal, que garanta o descanso em pelo menos um domingo por mês.
 - (E) dez minutos no mínimo, durante o período extraordinário de trabalho e a organização de uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.
9. Segundo a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, quanto às horas *in itinere*, é correto afirmar:
- (A) Se o empregador cobrar, na sua totalidade ou não, a importância gasta com o transporte fornecido ao empregado para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, este não terá o direito à percepção das horas *in itinere*.
 - (B) A insuficiência de transporte público em parte do trajeto percorrido pelo empregado para chegar até a empresa garante o pagamento das horas *in itinere*.
 - (C) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno não é computável na jornada de trabalho.
 - (D) As microempresas e empresas de pequeno ou médio porte poderão fixar, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.
 - (E) Se as horas *in itinere* extrapolarem a jornada legal, o período gasto será considerado extraordinário e sobre ele deverá incidir o adicional respectivo.
10. A alimentação fornecida pelo empregador inscrito no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)
- (A) pode ser concedida apenas aos trabalhadores empregados que recebem até dez salários mínimos mensais.
 - (B) pode ser concedida aos trabalhadores de renda mais elevada, desde que todos os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos mensais também recebam.
 - (C) deve ser concedida a todos os trabalhadores empregados, sem exceção, independentemente da duração da jornada de trabalho ou do valor do salário.
 - (D) pode ser concedida a determinados trabalhadores empregados em razão da duração da jornada de trabalho.
 - (E) só pode ser concedida aos trabalhadores empregados que recebem até cinco salários mínimos mensais.



11. O entendimento pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho quanto ao Adicional de Periculosidade é de que
- (A) o empregado exposto de forma intermitente a condições de risco não tem direito à percepção do adicional de periculosidade.
 - (B) os empregados que operam em bomba de gasolina terão direito ao pagamento do adicional somente quando constatada a periculosidade em laudo pericial.
 - (C) o adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras.
 - (D) é devida a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso do empregado.
 - (E) o empregado exposto de forma eventual a condições de risco tem o direito à percepção do adicional de periculosidade de forma proporcional ao tempo despendido nesta situação.
12. Conforme a lei e a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, em caso de rescisão do contrato de trabalho por
- (A) morte do empregado, é devido aos herdeiros o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, levantamento dos depósitos do FGTS, 13^o salário e férias vencidas e proporcionais acrescidas de adicional constitucional, dentre outros direitos.
 - (B) justa causa, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial e das férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional, não sendo possível o saque dos depósitos do FGTS, dentre outros direitos.
 - (C) por morte do empregador em caso de encerramento das atividades da empresa, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, 13^o salário, férias vencidas e proporcionais acrescidas do adicional constitucional, dentre outros direitos.
 - (D) culpa recíproca, é devido ao empregado o pagamento do período de aviso prévio integral, além de 50% do 13^o salário e das férias vencidas e proporcionais, acrescidas de adicional constitucional, dentre outros direitos.
 - (E) dispensa indireta, é devido ao empregado o pagamento do saldo salarial, aviso prévio, férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional, 13^o salário, não sendo possível o saque dos depósitos do FGTS, dentre outros direitos.
13. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita às regras de proporcionalidade de empregados brasileiros e estrangeiros, poderá pagar a brasileiro salário inferior ao do estrangeiro, a seu serviço,
- (A) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham por comissão ou por tarefa.
 - (B) quando houver quadro organizado em carreira, devidamente aprovado, em que seja garantido o acesso por antiguidade.
 - (C) nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira e o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos.
 - (D) quando o brasileiro exercer função análoga à do estrangeiro.
 - (E) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro.
14. A administração das federações e confederações será exercida
- (A) apenas pelo Conselho de Representantes que será formado pelas delegações dos Sindicatos ou das Federações filiadas, constituída cada delegação de 2 membros, com mandato de 3 anos, cabendo 1 voto a cada delegação.
 - (B) apenas pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes e poderão escolher seu presidente dentre os seus membros ou não.
 - (C) pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal e terá seu presidente escolhido pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal, dentre os seus membros.
 - (D) apenas pela Diretoria, constituída no mínimo de 3 membros, os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato de 3 anos.
 - (E) pela Diretoria, pelo Conselho de Representantes e pelo Conselho Fiscal, sendo que a competência deste último limita-se à fiscalização da gestão financeira.
15. Nos termos da CLT e da jurisprudência sumulada do TST, é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de
- (A) 20 minutos a 3 horas de trabalho contínuo, computados na jornada, aos empregados que executam atividades penosas.
 - (B) 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo, computados na jornada, aos empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas.
 - (C) 10 minutos a cada 50 minutos de trabalho consecutivo, computados na jornada, aos empregados que atuam nos serviços de digitação.
 - (D) 10 minutos a cada 90 minutos de trabalho consecutivo, não computados na jornada, aos empregados que atuam nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo).
 - (E) 15 minutos a cada 3 horas de trabalho consecutivo, não computados na jornada, aos empregados que trabalham em minas de subsolos.
16. Empregado integrante de categoria profissional diferenciada
- (A) tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo desde que a empresa para a qual trabalha tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.
 - (B) eleito dirigente sindical goza de estabilidade na empresa independentemente do exercício de atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
 - (C) é reconhecido como tal por decisão judicial quando houver similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum.
 - (D) pode ser reconhecido como tal por dissídio coletivo, quando o Sindicato pretender a interpretação de norma relativa ao enquadramento sindical.
 - (E) beneficia-se do regime legal relativo aos bancários quando trabalhar para um estabelecimento de crédito.



17. Os sindicatos poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho,
- (A) independentemente de aprovação em Assembleia geral, quando houver autorização expressa de sua diretoria.
- (B) na falta das federações ou confederações representativas das categorias econômicas ou profissionais.
- (C) independentemente de aprovação em Assembleia Geral.
- (D) por deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que será válida com o comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo e, em segunda convocação, de 1/3 (um terço) dos membros.
- (E) por deliberação de Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que será válida com o comparecimento e votação, em única convocação, de 1/8 (um oitavo) dos membros associados ou não.
18. A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo
- (A) doze membros, sendo que a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional.
- (B) doze membros, sendo que o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de um ano, permitida uma recondução.
- (C) dez membros, sendo que haverá na Comissão dois suplentes para cada um dos representantes titulares.
- (D) dez membros, sendo que o representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.
- (E) dez membros, sendo vedada a dispensa dos representantes dos empregados, titulares e suplentes, até um ano após o início do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
19. São prerrogativas dos Sindicatos de empregados e empregadores, dentre outras,
- (A) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal.
- (B) manter serviços de assistência judiciária para os associados.
- (C) fundar e manter agências de colocação.
- (D) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocecionais.
- (E) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.
20. O orçamento das entidades sindicais
- (A) é aprovado em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Conselho de Representantes, até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
- (B) é aprovado em Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, até 60 (sessenta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
- (C) independe de aprovação, desde que seja publicado no prazo de 60 (sessenta) dias antes do início do exercício financeiro a que se refere.
- (D) é aprovado pelo Presidente e sua Diretoria, independentemente de Assembleia Geral, e deverá ser público e evidenciado pelos registros contábeis, executados sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.
- (E) é aprovado pelo Conselho Fiscal, desde que autorizado pelo Presidente.
- Direito Administrativo**
21. A União foi condenada, em ação judicial transitada em julgado, a reparar prejuízo causado a terceiro por servidor público federal. De acordo com a legislação que rege a matéria,
- (A) caberá ao representante legal da União avaliar o benefício do ajuizamento da ação regressiva em face do servidor declarado culpado, em face da capacidade financeira para reparação do dano.
- (B) deverá ser ajuizada ação regressiva contra o servidor declarado culpado, salvo no caso de dano de pequena monta, nos limites fixados pela lei.
- (C) deverá ser ajuizada ação regressiva contra o servidor declarado culpado, podendo a liquidação da condenação ser efetuada mediante desconto em folha de pagamento observado o limite legal.
- (D) a ação regressiva em face do servidor causador do prejuízo somente será obrigatória em caso de conduta dolosa, podendo ser dispensada em caso de conduta culposa da qual decorra dano de pequena monta.
- (E) deverá ser ajuizada ação regressiva em face do servidor declarado culpado, excluída a responsabilidade do funcionário na hipótese de exoneração ou demissão.
22. Servidores públicos federais foram condenados em processo administrativo disciplinar por coagir seus subordinados a filiarem-se a partido político. Um deles aposentou-se após a condenação e o outro permaneceu na ativa. De acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União,
- (A) o servidor ativo sujeita-se à pena de suspensão, que não poderá exceder 90 dias e o inativo à pena de multa.
- (B) o servidor ativo sujeita-se à pena de advertência, não cabendo penalidade disciplinar ao inativo.
- (C) apenas o servidor ativo ocupante de cargo efetivo poderá ser punido, com pena de exoneração e multa.
- (D) o servidor ativo ocupante de cargo efetivo sujeita-se à pena de demissão, não cabendo nenhuma sanção ao inativo.
- (E) o servidor ativo ocupante de cargo efetivo sujeita-se à pena de demissão e o inativo à cassação de aposentadoria.



23. No ordenamento jurídico brasileiro, compete exclusivamente ao Presidente da República, no plano federal, por decreto, praticar ato
- (A) voltado à extinção de cargos vagos.
 - (B) voltado à organização administrativa, incluindo a criação de órgãos e cargos públicos.
 - (C) decorrente do poder hierárquico, editado para fiel execução da lei.
 - (D) decorrente do poder normativo da Administração, contemplando a edição de restrições ao exercício de direitos e atividades de particulares.
 - (E) decorrente do exercício do poder de polícia, para instituir limitações de caráter geral à atuação do particular em face do interesse público.
24. Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a legislação que rege a matéria:
- (A) Reversão, consistente no provimento de cargo decorrente de transformação do originalmente ocupado pelo servidor, condicionada a aprovação em processo seletivo específico.
 - (B) Readaptação, consistente na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório do cargo efetivo originalmente provido.
 - (C) Reversão, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado, nas hipóteses previstas em lei, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.
 - (D) Recondução, consistente no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - (E) Readaptação, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
25. De acordo com a Constituição Federal, a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista
- (A) prescinde de autorização legislativa, a qual é exigida na hipótese de alienação do controle acionário ou participação em empresa privada.
 - (B) é feita por decreto governamental, no caso de empresas prestadoras de serviço público de titularidade do ente instituidor, dependendo de lei autorizativa nas demais hipóteses.
 - (C) é feita por decreto governamental, salvo no caso de ser cometida à empresa o exercício de atividade em regime de monopólio, hipótese em que a criação depende de lei específica.
 - (D) depende de autorização legislativa para aquelas que atuem no domínio econômico e de decreto governamental para as prestadoras de serviço público.
 - (E) depende de autorização legislativa, assim como a criação de suas subsidiárias ou a participação em empresa privada.
26. O regime jurídico a que se submete a Administração Pública é caracterizado por algumas prerrogativas e sujeições, que podem ser assim exemplificadas:
- (A) impenhorabilidade dos bens de titularidade da Administração direta e das autarquias e fundações públicas.
 - (B) submissão a processo especial de execução judicial e juízo privativo, para as entidades integrantes da Administração direta e indireta.
 - (C) obrigatoriedade de concurso público para contratação de pessoal, exceto para as sociedades de economia mista que atuam em regime de competição com empresas privadas.
 - (D) sujeição ao controle externo pelo Tribunal de Contas, exceto em relação às empresas controladas pelo Estado que não recebam recursos para despesas de custeio.
 - (E) submissão das empresas públicas a regime jurídico próprio, diverso do aplicável às empresas privadas, derogatório da legislação trabalhista e tributária.
27. A respeito do ato administrativo, é correto afirmar que
- (A) o desvio de poder constitui vício relativo ao motivo do ato administrativo e enseja sua nulidade, com base na teoria dos motivos determinantes.
 - (B) a finalidade do ato discricionário decorre da aderência das razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, sendo nulo, com base na teoria dos motivos determinantes, o ato que não cumpra tal condição.
 - (C) motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato e, quando falso, importa a invalidade do ato, que pode ser declarada pelo Poder Judiciário com base na teoria dos motivos determinantes.
 - (D) a discricionariedade administrativa impede o exame, pelo Poder Judiciário, do motivo do ato, aplicando-se, no caso dos atos vinculados, a teoria dos motivos determinantes.
 - (E) apenas os atos discricionários comportam o exame, pelo Poder Judiciário, da validade e veracidade dos pressupostos de fato e de direito para sua edição.
28. São passíveis de enquadramento nas disposições previstas na Lei de improbidade administrativa
- (A) os atos praticados contra o patrimônio de entidade pública ou privada que receba recursos públicos, desde que em montante superior a 50% do capital ou patrimônio.
 - (B) apenas os atos que ensejem prejuízo ao erário, incluindo aqueles praticados em face das entidades integrantes da Administração indireta.
 - (C) os atos praticados pelos agentes públicos, exclusivamente.
 - (D) os atos praticados por agentes públicos, incluindo os agentes políticos e excluídos os particulares que atuam em colaboração com a Administração.
 - (E) os atos praticados por agentes públicos ou terceiro que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie.



<p>29. O inquérito civil público para apuração de danos causados a interesse difuso e coletivo</p> <p>(A) pode ser instaurado pelo Ministério Público ou pelas Procuradorias da União, Estados e Municípios, todos com competência concorrente também para o ajuizamento da correspondente ação civil pública.</p> <p>(B) compete ao Ministério Público que poderá, todavia, promover seu arquivamento, se convencido da inexistência de fundamento para propositura da ação civil pública, sujeito à homologação pelo seu Conselho Superior.</p> <p>(C) compete ao Ministério Público, salvo quando o dano for a bens e direitos de valor artístico, estético ou histórico, cuja apuração é prerrogativa do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.</p> <p>(D) compete ao Ministério Público, salvo quando o dano for à ordem econômica, cuja apuração é prerrogativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.</p> <p>(E) constitui prerrogativa do Ministério Público, a quem compete, também exclusivamente, o ajuizamento da correspondente ação civil pública.</p>	<p>32. Para efeito de tipificação dos crimes de abuso de autoridade, considera-se autoridade</p> <p>(A) somente quem exerce cargo de natureza militar não transitório.</p> <p>(B) quem exerce cargo de natureza civil, desde que remunerado.</p> <p>(C) apenas quem exerce cargo de natureza militar remunerado.</p> <p>(D) quem exerce emprego público de natureza civil, desde que não transitório.</p> <p>(E) quem exerce função pública de natureza civil, ainda que não remunerada.</p>
<p>30. A prestação de serviço público mediante regime de permissão</p> <p>(A) caracteriza a prestação do serviço público em regime precário, nas situações em que o regime de concessão não seja viável em face da ausência de sustentabilidade financeira da exploração mediante cobrança de tarifa.</p> <p>(B) é possível apenas em relação a serviços públicos não exclusivos de Estado, também denominados impróprios, cuja exploração econômica é facultada ao particular mediante autorização do poder público.</p> <p>(C) independe de prévio procedimento licitatório, dado o seu caráter precário e limita-se ao prazo máximo de 5 (cinco) anos.</p> <p>(D) somente é permitida para serviços de natureza não essencial, sendo obrigatória, nos demais casos, a prestação direta pelo poder público.</p> <p>(E) constitui delegação feita pelo poder concedente, a título precário, mediante licitação, a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.</p>	<p>33. No crime de sonegação de contribuição previdenciária, se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa determinado valor fixado em lei, reajustado pelos mesmos índices dos benefícios da previdência social, o juiz poderá</p> <p>(A) reduzir a pena de um terço até dois terços.</p> <p>(B) conceder perdão judicial.</p> <p>(C) absolver o acusado.</p> <p>(D) aplicar somente a pena de multa.</p> <p>(E) deixar de aplicar a pena.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>31. Incorre nas penas cominadas ao delito de falsificação de documento público quem</p> <p>(A) deixa de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços.</p> <p>(B) insere, em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.</p> <p>(C) omite, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias.</p> <p>(D) omite de folha de pagamento da empresa ou de documentos de informações previstos pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços.</p> <p>(E) insere, em documento particular, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar verdade sobre fato juridicamente relevante.</p>	<p>34. NÃO constitui causa de aumento da pena no crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional a circunstância de a vítima ser</p> <p>(A) gestante.</p> <p>(B) indígena.</p> <p>(C) analfabeta.</p> <p>(D) portadora de deficiência física.</p> <p>(E) menor de dezoito anos.</p> <p>35. No tocante aos crimes contra a administração da justiça, é correto afirmar que</p> <p>(A) não se tipifica o delito de coação no curso do processo se o agente, com o fim de favorecer interesse alheio, usar de violência ou grave ameaça, contra pessoa que é chamada a intervir em processo judicial.</p> <p>(B) a pena é aumentada de sexta parte, na denúncia caluniosa, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto.</p> <p>(C) tipifica o delito de autoacusação falsa o ato de acusar-se, perante a autoridade, de contravenção penal inexistente ou praticada por outrem.</p> <p>(D) a pena sempre deve ser aumentada se a fraude processual se destina a produzir efeito em processo civil.</p> <p>(E) só configura o delito de favorecimento pessoal o ato de auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que for cominada pena de reclusão.</p>



36. Admitida a inexigibilidade de conduta diversa no caso de empresário que, em situação de penúria, deixa de recolher contribuições previdenciárias, a hipótese será de reconhecimento de causa supralegal de exclusão da
- (A) ilicitude.
 - (B) antijuridicidade.
 - (C) punibilidade.
 - (D) culpabilidade.
 - (E) tipicidade.
37. Nos crimes contra a honra, a exceção da verdade é cabível na
- (A) injúria, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - (B) injúria e na difamação, mas não na calúnia.
 - (C) calúnia e na injúria, mas não na difamação.
 - (D) difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - (E) calúnia, ainda que o fato seja imputado a chefe de governo estrangeiro.
38. Dentre os crimes contra o patrimônio, ainda que primário o agente e de pequeno valor a coisa ou o prejuízo, NÃO admite a imposição exclusiva de pena de multa
- (A) o estelionato.
 - (B) o furto.
 - (C) a receptação dolosa.
 - (D) a apropriação indébita.
 - (E) o dano culposo.
39. Será reincidente o agente que cometer
- (A) contravenção penal depois de condenado definitivamente por crime comum.
 - (B) novo crime depois de condenado definitivamente por crime político.
 - (C) novo crime depois de condenado definitivamente por crime militar próprio.
 - (D) novo crime após haver recebido perdão judicial em processo anterior.
 - (E) novo crime, ainda que decorridos mais de cinco anos desde a extinção da pena relativa à infração anterior.
40. Consumam-se com o resultado os crimes
- (A) formais e omissivos próprios.
 - (B) omissivos impróprios e materiais.
 - (C) formais e omissivos impróprios.
 - (D) materiais e omissivos próprios.
 - (E) materiais e de mera conduta.

Bloco II**Direito Processual do Trabalho**

41. Conforme previsão contida na CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado pode
- (A) debater questões já decididas pela sentença no processo de cognição.
 - (B) apresentar embargos à execução no prazo de cinco dias.
 - (C) apresentar embargos à execução no prazo de oito dias.
 - (D) em matéria de defesa, requerer a produção de provas e arrolar até três testemunhas.
 - (E) apresentar agravo de petição no prazo de oito dias.
42. Quanto à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que se diferenciam o rito ordinário e o rito sumaríssimo porque
- (A) no rito sumaríssimo não há que se falar em condução coercitiva de testemunha.
 - (B) em ambos os ritos a limitação do número de testemunhas dá-se em função da matéria debatida, até o limite máximo de três para cada parte.
 - (C) no rito sumaríssimo só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
 - (D) no rito ordinário limita-se a três testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.
 - (E) no rito ordinário limita-se a duas testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.
43. As custas processuais, no caso de interposição de recurso ordinário em mandado de segurança, deverão ser
- (A) comprovadas em oito dias a contar do recolhimento.
 - (B) comprovadas dentro do prazo recursal.
 - (C) pagas e comprovadas em oito dias da interposição do recurso.
 - (D) pagas e comprovadas em cinco dias da interposição do recurso.
 - (E) pagas em cinco dias da interposição do recurso e comprovadas em cinco dias a contar do recolhimento.
44. Nos termos da CLT, compete à Secretaria das Varas do Trabalho
- (A) a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Varas do Trabalho.
 - (B) o recolhimento das custas processuais devidas pelas partes.
 - (C) a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Vara, dos feitos que, para esse fim, lhes forem apresentados pelos interessados.
 - (D) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará.
 - (E) a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Tribunal, para consulta dos interessados.



45. Em relação à suspensão do processo do trabalho, é correto afirmar que
- (A) o processo será suspenso quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente.
 - (B) em razão do princípio protetor e da natureza alimentar das verbas trabalhistas, inegável que o processo do trabalho deve ser o mais célere possível, não havendo que se falar em suspensão do mesmo, salvo em caso de força maior.
 - (C) a morte ou perda da capacidade processual do representante legal da parte não implica em suspensão do processo.
 - (D) durante a suspensão do processo não poderão ser praticados quaisquer atos processuais.
 - (E) a suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder de 1 (um) ano.

46. Analise as afirmações abaixo.
- I. Convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido em lei, o juiz proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.
 - II. O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer das questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - III. O pedido deve ser interpretado restritivamente.
 - IV. É defeso ao juiz proferir sentença a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantia superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Todas as afirmações são

- (A) verdadeiras, mas apenas as de número II e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.
 - (B) verdadeiras, mas apenas as de número I e II consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.
 - (C) verdadeiras e consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.
 - (D) verdadeiras, mas apenas as de número I, III e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.
 - (E) verdadeiras, mas apenas as de número I, II e IV consagram a proibição do julgamento *extra* e *ultra petita*.
47. Determinada sentença apreciou o mérito da lide. Por lapso, omitiu-se quanto a ponto importante da controvérsia. A parte opôs embargos declaratórios, pedindo suprimento da omissão e alteração do julgado. O Juiz do Trabalho
- (A) poderá declarar a omissão, mas não supri-la, servindo os embargos declaratórios apenas para prequestionamento da matéria, que deverá ser apreciada pelo TRT, este sim podendo dar efeito modificativo à sentença.
 - (B) poderá declarar a omissão, mas, ao supri-la, não poderá emprestar aos embargos declaratórios efeito modificativo.
 - (C) poderá declarar a omissão e até supri-la, mas não alterar a conclusão, pois já cumprido o ofício jurisdicional.
 - (D) poderá declarar a omissão e, suprindo-a, emprestar aos embargos declaratórios efeito modificativo.
 - (E) nada poderá declarar, face à preclusão.

48. Analise as proposições abaixo.
- I. O agravo de petição só deve ser recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.
 - II. Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
 - III. Uma vez garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado, caso seja a Fazenda Pública, oito dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - IV. Elaborada a conta e tornada líquida a sentença, é facultado ao juiz abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - V. Para o recebimento e regular processamento do agravo de petição é desnecessário identificar valores, quando o agravante cuida de definir especificamente as matérias impugnadas.

Estão corretas APENAS as proposições

- (A) I e V.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, III e V.
 - (E) III e V.
49. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, EXCETO:
- (A) intervir em todos os processos decorrentes das relações de trabalho que envolvam interesses das mulheres, dos menores e dos portadores de deficiência.
 - (B) recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que officiar como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.
 - (D) promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.
 - (E) propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.



<p>50. Cabe recurso de revista, EXCETO</p> <p>(A) das decisões proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.</p> <p>(B) das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, na hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.</p> <p>(C) quando as decisões proferidas derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme do TST.</p> <p>(D) quando as decisões proferidas derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa, ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da sentença recorrida, interpretação divergente.</p> <p>(E) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.</p>	<p>53. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) No processo do trabalho é admissível a execução do termo de conciliação firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia e o termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) No processo do trabalho são admissíveis a arrematação, a adjudicação e a remição dos bens levados à hasta pública.</p> <p>(C) No processo do trabalho a penhora deve recair sempre em dinheiro, tendo em vista a natureza alimentar do crédito trabalhista.</p> <p>(D) A execução deve ser processada da forma menos gravosa ao devedor.</p> <p>(E) A execução é de natureza real, não atingindo a pessoa do devedor.</p>
<p>51. Em relação à litigância de má-fé é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a 1% sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios, quando estes forem cabíveis no processo do trabalho.</p> <p>(B) reputa-se litigante de má-fé aquele que usar do processo para conseguir objetivo ilegal</p> <p>(C) reputa-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.</p> <p>(D) provocar incidentes manifestamente infundados caracteriza conduta de litigância de má-fé.</p> <p>(E) se forem dois ou mais os litigantes de má-fé no processo, a condenação dos mesmos se dará de forma solidária.</p>	<p>54. Considerando os entendimentos do TST, analise as proposições abaixo.</p> <p>I. O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário transfere ao Tribunal a apreciação dos fundamentos da inicial ou da defesa, não examinados pela sentença, ainda que não renovados em contrarrazões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença, salvo nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.</p> <p>II. A admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei nº 11.496, de 16/06/2007, condiciona-se à demonstração de divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.</p> <p>III. É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.</p> <p>IV. Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo.</p> <p>V. Em ação rescisória, a decisão desfavorável ao ente público proferida pelo juízo de primeiro grau não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.</p>
<p>52. Em relação ao dissídio coletivo é correto afirmar:</p> <p>(A) A sentença normativa vigorará a partir da data de sua prolação.</p> <p>(B) O prazo de vigência da sentença normativa será fixado pelo Tribunal e não poderá ser superior a 2 (dois) anos.</p> <p>(C) A representação dos sindicatos para instaurar a instância fica subordinada à aprovação em assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, sendo necessária meta-de mais um dos votos dos presentes.</p> <p>(D) É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.</p> <p>(E) A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prerrogativa exclusiva das associações sindicais.</p>	<p>Estão corretas APENAS as proposições</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) III, IV e V.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, III e V.</p> <p>55. O juízo de admissibilidade, nos recursos trabalhistas</p> <p>(A) é irretratável no juízo <i>a quo</i>.</p> <p>(B) é composto de um juízo prévio (<i>a quo</i>) e de um juízo definitivo (<i>ad quem</i>).</p> <p>(C) existe, exclusivamente, no juízo <i>ad quem</i>.</p> <p>(D) somente ocorre na fase cognitiva do feito.</p> <p>(E) existe, exclusivamente, no juízo <i>a quo</i>.</p>

**Direito Constitucional**

56. Acórdão de determinado Tribunal Regional do Trabalho (TRT) manteve sentença de primeira instância que havia indeferido o pagamento de diferenças de tíquete-alimentação, *“considerando o valor recebido pela Reclamante e aquele pago aos empregados que prestam serviços na sede administrativa da Reclamada”*. Conforme registrado no acórdão, é *“incontroverso nos autos que a Empresa, com base nas convenções coletivas de trabalho (CCT) de 2008 e 2009, concedeu tratamento diferenciado a seus empregados, fornecendo tíquete-alimentação em valor superior aos trabalhadores que desempenham suas atividades na sede administrativa, e valores menores àqueles que prestam serviços a outros tomadores”*.

Em sua decisão, o TRT considerou legítimas as seguintes cláusulas convencionais:

“Para aqueles trabalhadores que já recebem o referido benefício em função das particularidades contratuais, contraídas junto a tomadores de serviços, seja em valor inferior ou superior ao pactuado, continuarão a percebê-los nas mesmas condições e valores assegurados anteriormente à celebração do presente instrumento.”

“Respeitados os pisos salariais mínimos da categoria, fica facultado às empresas concederem gratificação ou remuneração diferenciadas, a seu critério, em razão do trabalho a ser exercido em postos considerados 'especiais', ou ainda, em decorrência de contrato ou exigência determinada pelo cliente – tomador de serviços – diferenciações estas que, com base no direito a livre negociação, prevalecerão somente enquanto o empregado estiver prestando serviços nas situações aqui previstas, que não servirão de base para fins de isonomia.”

A reclamante interpôs recurso de revista perante o TST. Nesse caso, o acórdão do TRT deve ser

- (A) reformado pelo TST, uma vez que as diferenciações estabelecidas entre os empregados da Reclamada não guardam relação com as funções que desempenham, sendo assim ofensivas ao princípio constitucional da isonomia.
 - (B) mantido pelo TST, por ter feito prevalecer o respeito ao pactuado em negociação coletiva, havida dentro dos parâmetros para tanto estabelecidos pela Constituição.
 - (C) reformado pelo TST, uma vez que o tratamento diferenciado entre empregados da Reclamada implicaria indiretamente, para alguns, em verdadeira redução salarial, o que é vedado pela Constituição da República.
 - (D) reformado pelo TST, uma vez que a Constituição veda o estabelecimento de diferenças em relação a salários, exercício de funções e critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
 - (E) reformado pelo TST, uma vez que a Constituição proíbe que haja distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
57. O sindicato dos bancários de determinado Município anunciou para o quinto dia útil do mês a paralisação das atividades de atendimento ao público e serviços internos, como forma de protesto pela melhoria das condições de trabalho da categoria que representa. Uma instituição financeira privada, visando assegurar o livre acesso de funcionários e clientes a suas agências localizadas naquele Município, em dia usualmente de grande movimento, pretende ajuizar ação de natureza possessória, em caráter preventivo, para que o sindicato se abstenha de praticar atos de esbulho e turbação contra a posse de suas agências bancárias e de impedir o ingresso de clientes e funcionários nessas localidades. Nesse caso, a competência para processar e julgar a causa é
- (A) do Superior Tribunal de Justiça, por envolver conflito de competência entre juízos vinculados a Tribunais diversos.
 - (B) do Supremo Tribunal Federal, por se tratar de situação em relação à qual há divergência entre o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) da Justiça comum federal, em virtude da existência de interesse da União, a quem compete fiscalizar a atividade financeira.
 - (D) da Justiça comum estadual, por se tratar de situação em que não há elemento vinculado à matéria ou a quaisquer das partes que determine o deslocamento da competência para a Justiça federal, comum ou especializada.
 - (E) da Justiça do Trabalho, por se tratar de causa que envolve o exercício do direito de greve, em decorrência do qual a ação possessória seria ajuizada.

58. Em decisão proferida em junho de 2012, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas relativas ao exercício de 2010, apresentadas pelo Prefeito do Município de Maximiliano de Almeida, em sede do qual reconheceu a existência de débito pelo pagamento de dívidas prescritas e impôs multa ao administrador, pelo descumprimento de normas constitucionais e legais aplicáveis à gestão administrativa.

Considere as afirmações abaixo a esse respeito, à luz da disciplina constitucional da matéria.

- I. Ao emitir parecer e não proferir julgamento sobre as contas apresentadas pelo Prefeito do Município de Maximiliano de Almeida, o TCE-RS agiu em conformidade com a repartição constitucional de competências entre os órgãos aos quais incumbe a fiscalização financeira e orçamentária, segundo a qual as contas de governo são julgadas pelo Legislativo, na qualidade de órgão político, e as contas de gestão, pelo Tribunal de Contas, na qualidade de órgão técnico especializado.
- II. Relativamente à imputação de débito e à fixação de multa, a decisão do TCE-RS possui eficácia de título executivo, uma vez esgotada a chance de recurso no âmbito daquele Tribunal, podendo ser executada judicialmente, independentemente de processo de conhecimento prévio, caso não cumprida espontaneamente pelo responsável.
- III. O parecer prévio emitido pelo TCE-RS só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores do Município de Maximiliano de Almeida.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.



59. Tendo sido noticiado pela imprensa que haviam sido formuladas denúncias contra si perante a Corregedoria-Geral da União, as quais afirma serem inverídicas, um indivíduo formula pedido junto ao órgão para obter, por meio de certidão, a identificação dos autores das referidas denúncias, a fim de que a certidão em questão possa ser utilizada, na defesa de direitos, como meio de prova em processo judicial. O pedido para obtenção da certidão é indeferido. Em tal situação, a fim de ver sua pretensão acolhida perante o órgão correicional, poderá o indivíduo valer-se judicialmente da impetração de
- (A) mandado de injunção.
 - (B) ação popular.
 - (C) *habeas corpus*.
 - (D) *habeas data*.
 - (E) mandado de segurança.
60. Considere a seguinte ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF):
- Processo Civil. Execução. Inexigibilidade do título executivo judicial (artigo 741, parágrafo único do CPC). Aplicabilidade no âmbito dos juizados especiais. Pensão por morte (Lei nº 9.032/1995). Decisão do Supremo Tribunal Federal. Extensão do precedente aos casos com trânsito em julgado. Coisa julgada (artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal). Existência de repercussão geral, dada a relevância da questão versada.*
- Nesse caso, o STF
- (A) reconheceu a existência de repercussão geral de questão suscitada em sede de controle abstrato de constitucionalidade, tendo por objeto a possibilidade de aplicação a casos de competência dos juizados especiais de dispositivo legal que considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (B) aprovou súmula vinculante tendo por objeto a possibilidade de aplicação a casos transitados em julgado de dispositivo legal que considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (C) declarou a inconstitucionalidade, em sede de recurso extraordinário, de dispositivo legal que considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (D) reconheceu a existência de repercussão geral de questão constitucional suscitada em recurso extraordinário, relativa à aplicação a casos transitados em julgado de dispositivo legal que considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a Constituição Federal.
 - (E) procedeu à interpretação conforme à Constituição de dispositivo legal que considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo STF como incompatíveis com a Constituição Federal, para o fim de excluir de seu alcance a possibilidade de aplicação a casos transitados em julgado.
61. Medida provisória tendo por objeto a abertura de crédito extraordinário para atendimento a despesas decorrentes de situação de calamidade pública é editada pelo Presidente da República e submetida de imediato à apreciação do Congresso Nacional. Nessa hipótese, a medida provisória
- (A) é incompatível com a Constituição da República, que somente autoriza a abertura de crédito extraordinário, por meio de medida provisória, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra ou comoção interna.
 - (B) deverá ser objeto de parecer, emitido por comissão mista de Deputados e Senadores, antes do exame, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das casas do Congresso Nacional, fase esta de observância obrigatória no processo de conversão das medidas provisórias em lei.
 - (C) é incompatível com a Constituição da República, que veda a edição de medidas provisórias em matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.
 - (D) perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.
 - (E) entrará em regime de urgência, se não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
62. O Governador do Estado do Paraná ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto o artigo 78, § 3º, da Constituição do Estado, segundo o qual "*as decisões fazendárias de última instância, contrárias ao erário, serão apreciadas pelo Tribunal de Contas em grau de recurso*" (ADI 523, Rel. Min. Eros Grau).
- A esse respeito, à luz da disciplina constitucional da matéria, é correto afirmar que
- (A) a ação não merece prosperar, pois, a despeito da inexistência de previsão similar na Constituição da República, dentre as competências do Tribunal de Contas da União, em relação à administração fazendária federal, trata-se de matéria que se insere na capacidade de auto-organização do Estado-membro.
 - (B) a ação deve ser indeferida liminarmente, uma vez que não há ofensa direta à Constituição da República, a ensejar o controle de constitucionalidade por meio de ação direta.
 - (C) o Governador do Estado não possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto dispositivo da Constituição estadual, fruto que esta é do poder constituinte decorrente, instituído pelo poder constituinte originário.
 - (D) a ação merece prosperar, uma vez que não poderia a Corte de Contas, na tarefa de auxiliar o órgão legislativo, que é titular da função de controle da Administração, atuar como instância capaz de rever decisões adotadas por órgão fazendário, vinculado ao Poder Executivo, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da separação de poderes.
 - (E) a ação não merece prosperar, uma vez que há previsão similar na Constituição da República, dentre as competências do Tribunal de Contas da União, em relação à administração fazendária federal, tratando-se de norma de reprodução obrigatória pela Constituição estadual.



63. Em relação às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, a Constituição da República estabelece que

- (A) são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, ressalvadas as hipóteses previstas em lei complementar.
- (B) poderão, com autorização do Congresso Nacional e ouvidas as comunidades afetadas, ter seus recursos hídricos aproveitados, excluídos os potenciais energéticos, ficando-lhes contudo assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- (C) se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (D) poderão, após deliberação do Congresso Nacional, ser desocupadas em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- (E) terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, as cooperativas de atividade garimpeira.

64. Consoante previsão expressa, relativamente ao financiamento e custeio da seguridade social, na Constituição da República,

- (A) as contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social, previstas na Constituição, só poderão ser exigidas após decorridos, no mínimo, noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, embora não no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada referida lei.
- (B) os recursos provenientes das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários não podem ser utilizadas para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social, ressalvadas hipóteses previstas em lei.
- (C) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social, assistência social e educação, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- (D) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integrarão o orçamento da União, ressalvadas as relativas às contribuições pagas por suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, que constarão dos respectivos orçamentos.
- (E) a União poderá instituir, mediante lei complementar, outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, além das previstas na Constituição da República, desde que sejam não-cumulativas e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos discriminados no texto constitucional.

65. A Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria, prevendo que, se restar frustrada a conciliação, será fornecida declaração que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista (art. 625-D). Em sede de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) houve por bem deferir parcialmente a medida pleiteada, para o fim de assentar que as normas em comento “*não encerram obrigatória a fase administrativa, continuando os titulares de direito substancial a terem o acesso imediato ao Judiciário, desprezando a fase que é a revelada pela atuação da Comissão de Conciliação Prévia*”, de modo a assegurar, “*sob o ângulo dos dissídios individuais de trabalho, o livre acesso ao Judiciário*” (ADI 2139-MC, Rel. para o acórdão Min. Marco Aurélio).

Considere as afirmações abaixo a esse respeito, à luz da disciplina constitucional e legal da matéria e da jurisprudência do STF.

- I. Em sua decisão, o STF adotou como parâmetro o princípio constitucional da inafastabilidade do Judiciário, como garantia contra lesão ou ameaça de lesão a direito, aplicando-o à seara das relações de trabalho.
- II. Considerou o STF, ainda, que a tentativa de negociação coletiva ou arbitragem previamente ao ajuizamento de dissídios coletivos funciona como exceção à regra da desnecessidade de esgotamento da esfera administrativa para acesso ao Judiciário, exceção esta admissível porque estabelecida pela própria Constituição.
- III. O STF procedeu, no caso, à interpretação conforme à Constituição.
- IV. A decisão proferida no caso relatado possui efeito retroativo e eficácia contra todos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I e IV.

Direito Civil

66. As regras estabelecidas na Constituição Federal e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a respeito do direito intertemporal

- (A) preservam a coisa julgada dos efeitos da lei nova, mas não o direito adquirido, nem o ato jurídico perfeito.
- (B) permitem sempre a prevalência das normas de ordem pública, em relação ao direito adquirido.
- (C) estabelecem a coexistência da regra do efeito imediato da lei com a vedação de ela prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (D) não admitem em qualquer hipótese lei com efeito retroativo.
- (E) impedem o efeito imediato da lei, apenas para não atingir o ato jurídico perfeito.



<p>67. De acordo com a Lei nº 8.009/90,</p> <p>(A) inclui-se na impenhorabilidade do bem de família o veículo utilizado pelos integrantes da entidade familiar.</p> <p>(B) pode ser penhorado, para pagamento de qualquer dívida trabalhista, bem de família do maior cotista da sociedade empresária.</p> <p>(C) pode ser penhorado, para pagamento de qualquer dívida trabalhista, bem de família do sócio que administre a sociedade empresária.</p> <p>(D) considera-se bem de família o único imóvel da entidade familiar e o pequeno comércio de seus integrantes.</p> <p>(E) o bem de família pode ser penhorado para execução de sentença penal condenatória.</p>	<p>72. De acordo com o Código Civil,</p> <p>(A) a ofensa à boa-fé objetiva, quando implicar danos, dá azo a obrigação de indenizar.</p> <p>(B) os empresários individuais e as sociedades empresárias respondem somente nos casos de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.</p> <p>(C) por expressa disposição, a configuração do abuso do direito demanda a comprovação de culpa.</p> <p>(D) a regra geral é a da responsabilidade objetiva, sendo excepcional a responsabilidade subjetiva.</p> <p>(E) o incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar.</p>
<p>68. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar que</p> <p>(A) no apreciar a coação, ter-se-á em conta a figura do homem médio.</p> <p>(B) o temor reverencial configura coação.</p> <p>(C) o falso motivo vicia a declaração de vontade mesmo que não expresso como razão determinante do negócio.</p> <p>(D) o dolo accidental dá causa à anulação do negócio e obriga à satisfação das perdas e danos.</p> <p>(E) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma delas o pode alegar para reclamar indenização.</p>	<p>73. Analise as proposições abaixo.</p> <p>I. Para aferição da boa-fé objetiva, leva-se em conta a conduta da parte na execução do contrato.</p> <p>II. Enquanto a pessoa for viva, sua herança só poderá ser negociada por seus herdeiros necessários.</p> <p>III. Os efeitos da sentença que resolve contrato por onerosidade excessiva retroagem à data da citação.</p> <p>IV. Proposta ação de rescisão de contrato por onerosidade excessiva, o juiz não admitirá que o réu ofereça qualquer vantagem para a manutenção do negócio.</p> <p>V. A anulação do negócio jurídico por lesão depende, apenas, da desproporção entre as obrigações assumidas pelas partes, nos negócios bilaterais.</p> <p>Estão corretas APENAS as proposições</p> <p>(A) IV e V.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>69. São nulos os negócios</p> <p>(A) que possuam objeto ilícito, impossível ou determinado.</p> <p>(B) praticados em fraude contra lei supletiva.</p> <p>(C) simulados.</p> <p>(D) praticados sob coação e em fraude contra credores.</p> <p>(E) celebrados pelos relativa e absolutamente incapazes.</p>	<p>74. Ao arbitrar indenização decorrente de responsabilidade civil,</p> <p>(A) no caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, a serem pagos até a morte dos alimentados.</p> <p>(B) se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, o juiz poderá reduzir o valor da indenização.</p> <p>(C) no caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes, até ao fim da convalescença, excluídos os demais prejuízos que tenha sofrido.</p> <p>(D) o grau de culpa jamais interfere no valor da indenização.</p> <p>(E) se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, a qual deverá, necessariamente, ser paga mensal e periodicamente.</p>
<p>70. Com relação à prescrição, é correto afirmar que</p> <p>(A) iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.</p> <p>(B) não corre contra os relativamente incapazes.</p> <p>(C) se admite apenas a renúncia expressa à prescrição.</p> <p>(D) não pode ser declarada de ofício.</p> <p>(E) os prazos de prescrição podem ser alterados, mas desde que por acordo expresso.</p>	
<p>71. No que tange às obrigações solidárias, é correto afirmar que</p> <p>(A) a solidariedade decorre da lei ou das circunstâncias do negócio jurídico.</p> <p>(B) a elas se aplicam todas as disposições referentes às obrigações indivisíveis.</p> <p>(C) o credor de obrigação solidária pode exigir que apenas um dos devedores pague totalmente a dívida comum.</p> <p>(D) importa renúncia à solidariedade a propositura de ação contra apenas um dos devedores.</p> <p>(E) convertendo-se a prestação em perdas e danos, deixa de existir a solidariedade.</p>	



75. É INCORRETO afirmar:

- (A) A responsabilidade civil da empresa se dá, em regra, independentemente de culpa.
- (B) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.
- (C) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
- (D) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, mesmo que tenha o auxílio de colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (E) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Direito da Criança e do Adolescente

76. Quanto ao trabalho do adolescente, de acordo com a legislação vigente e a jurisprudência sumulada, é correto afirmar que

- (A) o trabalho em estágio obrigatório deverá ser obrigatoriamente pago através de bolsa pelo concedente do estágio, além de auxílio transporte.
- (B) ao trabalhador em oficina de família, menor de 18 anos, não inserido em programa de estágio é assegurada contraprestação vinculada ao resultado de seu trabalho.
- (C) a remuneração decorrente de trabalho educativo, para adolescente vinculado a programa social, não pode ser inferior a um salário mínimo.
- (D) o trabalhador adolescente, menor de 16 anos, que não está vinculado a contrato de aprendizagem, tem direito ao salário mínimo integral.
- (E) a bolsa aprendizagem deve ser remunerada por hora de trabalho, no valor mínimo de meio salário mínimo por hora, em jornada de seis horas e dois terços do salário mínimo para jornada de oito horas.

77. Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 é correto afirmar:

- (A) Encontra-se em consonância, quanto à doutrina da proteção integral, com o que estabelecem a Convenção Interamericana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica e da Constituição da Organização Internacional do Trabalho – OIT.
- (B) A Emenda Constitucional 65, de 13/07/2010, inseriu o termo “jovem” no *caput* do art. 227 da Constituição Federal que nos termos do ECA é aplicável às pessoas de até 21 anos.
- (C) É dirigido à criança e adolescente em situação de risco, em conflito com a lei ou privado de assistência.
- (D) O conceito de prioridade absoluta compreende destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas de saúde e educação.
- (E) Tem caráter programático e hermenêutico sendo que as medidas educativas nele previstas são exemplificativas, cabendo ao judiciário sua adequação sempre com vistas ao melhor interesse da pessoa em desenvolvimento.

78. Quanto à duração da jornada de trabalho do adolescente, é correto afirmar que

- (A) a carga horária máxima do estágio, para estudantes dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, do ensino médio regular e educação superior é de seis horas diárias.
- (B) no caso de estágio em cursos que alternam teoria e prática e no período em que não haja programação de aulas presenciais o horário de estágio pode ser de oito horas diárias e 44 horas semanais.
- (C) o adolescente que trabalha em oficina composta exclusivamente por pessoas de sua família, dirigida pelo pai, mãe ou tutor, não poderá estender sua jornada em até duas horas diárias mediante compensação com diminuição de jornada, ainda que previsto o regime de compensação em Convenção Coletiva.
- (D) é permitida a prorrogação do trabalho do adolescente em caso de força maior, em jornada de até 12 horas, desde que seu trabalho seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento e que seja observado período de descanso de 15 minutos entre o término da jornada normal e o início da prorrogação.
- (E) o trabalhador aprendiz tem jornada de seis horas diárias, sendo possível a fixação de jornada de oito horas caso já tenha terminado o ensino fundamental ou o empregador mantenha local apropriado para que seja ministrada instrução primária.

79. Em relação ao Conselho Tutelar, é correto afirmar:

- (A) No exercício de suas relevantes funções e para promover a execuções de suas próprias decisões pode requisitar serviços públicos de outros órgãos municipais, tais como de saúde, trabalho e segurança, que não poderão ser recusados pelo órgão aos quais são dirigidas tais decisões.
- (B) Tem por atribuição a aplicação tanto de medidas protetivas para a criança e adolescente, quando seus direitos estejam ameaçados ou violados, quanto medidas socioeducativas com restrição de liberdade – acolhimento institucional – ou colocação em família substituta.
- (C) Para a efetivação da política nacional de atendimento é obrigatória a constituição de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de ao menos um Conselho Tutelar, cabendo ao primeiro a responsabilidade de realizar as eleições diretas para o cargo de Conselheiro Tutelar.
- (D) É órgão do poder executivo municipal que goza autonomia orçamentária e administrativa em relação ao governo municipal e é fiscalizado pela sociedade e pelo Ministério Público, tendo seu fundamento teórico nos princípios da democracia participativa.
- (E) Conta com destinação orçamentária especificada na Lei Orçamentária do Município e, ao contrário dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, não pode remunerar seus membros.

80. No contexto da doutrina da proteção integral, o trabalho protegido diz respeito à

- (A) garantia de acesso, treinamento e convivência ao trabalhador deficiente.
- (B) proibição de trabalho em local prejudicial à formação e desenvolvimento do adolescente.
- (C) proibição de trabalho em ambiente insalubre, penoso ou perigoso.
- (D) garantia de matrícula e frequência a escola.
- (E) proibição de trabalho em horário noturno e incompatível com a carga horária escolar.

**Bloco III****Direito Processual Civil**

81. Sobre as medidas cautelares, é correto afirmar:
- (A) Cabe à parte propor a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do ajuizamento da ação, quando a liminar for concedida em procedimento preparatório.
 - (B) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar deixa de ter eficácia durante o período de suspensão do processo.
 - (C) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requer providência de natureza cautelar, o juiz deverá determinar a emenda da inicial, não podendo tomar uma pela outra.
 - (D) O procedimento cautelar sempre antecede o processo principal.
 - (E) Interposto recurso, serão requeridas, em regra, diretamente ao tribunal.

82. Declarada a incompetência absoluta, o processo
- (A) será extinto com resolução de mérito.
 - (B) deverá ser remetido ao juiz competente e somente os atos probatórios serão declarados nulos.
 - (C) deverá ser remetido ao juiz competente e somente os atos decisórios serão declarados nulos.
 - (D) deverá ser remetido ao juiz competente e todos os atos processuais serão declarados nulos.
 - (E) será sempre extinto sem resolução de mérito.

83. Analise as proposições abaixo.
- I. A ausência das condições da ação deve ser alegada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.
 - II. Depois de decorrido o prazo para resposta, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
 - III. Haverá resolução de mérito quando as partes transigirem.
 - IV. A sentença será terminativa quando o juiz reconhecer a prescrição ou a decadência.
 - V. Extingue-se o processo com resolução de mérito quando ocorrer confusão entre autor e réu.

Estão corretas APENAS as proposições

- (A) IV e V.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

84. A respeito da liquidação e do cumprimento de sentença, é correto afirmar:
- (A) Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada na pessoa de seu advogado.
 - (B) Não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, sempre ocorre a prescrição da pretensão ao crédito.
 - (C) Far-se-á a liquidação por arbitramento quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.
 - (D) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, o credor deverá promover a liquidação da parte ilíquida antes de requerer o cumprimento da parte líquida.
 - (E) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de cinco dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de vinte por cento.

85. É INCORRETO afirmar:
- (A) O fiador, quando executado, poderá nomear à penhora bens livres e desembargados do devedor.
 - (B) Os bens do sócio administrador de empresa, em regra, respondem pelas dívidas da sociedade.
 - (C) São títulos executivos extrajudiciais o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
 - (D) É definitiva a execução fundada em título extrajudicial.
 - (E) Considera-se em fraude à execução a alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.

Direito Internacional e Comunitário

86. Nos termos da Convenção de Viena, de 1963,
- (A) "Membro do Pessoal Privado" é a pessoa empregada exclusivamente no serviço técnico-administrativo da repartição consular.
 - (B) "Membro do Pessoal de Serviço" é toda pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro da repartição consular.
 - (C) "Funcionário Consular" é toda pessoa, excluindo o chefe da repartição consular, encarregada nesta qualidade do exercício das funções consulares.
 - (D) "Empregado Consular" é toda pessoa empregada nos serviços administrativos ou técnicos de uma repartição consular.
 - (E) "Chefe da Repartição Consular" é o funcionário consular, empregado e membro do pessoal de serviço.
87. Em relação às relações diplomáticas, nos termos da Convenção de Viena, de 1961, é correto afirmar:
- (A) "Membro do Pessoal Diplomático" é toda e qualquer pessoa que trabalha na Missão Diplomática.
 - (B) "Chefe de Missão" é a pessoa encarregada pelo Estado acreditado de agir nessa qualidade.
 - (C) Só pode ser considerado agente diplomático o Chefe da Missão Diplomática.
 - (D) "Membro do Pessoal de Serviço" são os empregados no serviço administrativo e técnico da Missão.
 - (E) "Criado Particular" é a pessoa do serviço doméstico de um Membro da Missão que não seja empregado do Estado acreditante.



88. Em relação aos princípios e respectivos conceitos do Direito Comunitário, é correto afirmar:

- (A) Pelo princípio da coesão, as relações entre as pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado e entre umas e outras devem pactuar-se pela igualdade.
- (B) Pelo princípio da preservação do acervo comunitário, as decisões na Comunidade são tomadas com abertura e divulgação, para que os cidadãos europeus possam delas ter consciência.
- (C) Pelo princípio da subsidiariedade, a Comunidade só deve exercer suas funções nos limites e atribuições instituídos pelos Tratados.
- (D) Pelo princípio da lealdade, concretiza-se o primado do Direito Comunitário sobre o Direito Interno.
- (E) Pelo princípio da proporcionalidade, a Comunidade não deve ultrapassar os meios necessários para alcançar o seu objetivo.

89. Em matéria de Tratados e Convenções sobre direitos humanos é correto afirmar:

- (A) Os Tratados e Convenções de Direitos Humanos só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional material e formal, se votados em ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, com aprovação por três quintos dos votos de seus membros.
- (B) Basta a Carta de Ratificação do Presidente da República, ainda que não passe pela aprovação do Congresso Nacional, desde que sejam promulgados por intermédio do Decreto Legislativo.
- (C) Os Tratados e Convenções só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional formal, independente de outros atos, pelos Decretos Legislativos aprovados com as mesmas exigências estabelecidas para as Emendas Constitucionais pelo Congresso Nacional.
- (D) Os Tratados e Convenções só se incorporarão ao Direito Interno com o *status* de norma constitucional material, independente de outros atos, pelos Decretos Legislativos aprovados com as mesmas exigências estabelecidas para as Emendas Constitucionais pelo Congresso Nacional.
- (E) Basta a assinatura do representante brasileiro na negociação que aprova o Tratado ou Convenção para incorporar formalmente no Direito Interno.

90. Em matéria de Organização Internacional do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Os delegados representantes dos Estados-Membros não poderão designar substitutos para atuar nas deliberações e votações.
- (B) Os Estados-Membros comprometem-se a designar os delegados consultores técnicos não-governamentais de acordo com as organizações profissionais mais representativas, tanto dos empregadores como dos empregados, se essas organizações existirem.
- (C) A Conferência Geral dos Representantes dos Estados-Membros realizará sessões sempre que for necessário, e, pelo menos, duas vezes por ano.
- (D) Cada delegado poderá ser acompanhado por consultores técnicos, cujo número será de no máximo três, para cada uma das matérias inscritas na ordem do dia da sessão.
- (E) As sessões da Conferência realizar-se-ão em Genebra ou no lugar determinado pela Repartição Internacional do Trabalho, respeitadas quaisquer decisões que possam haver sido tomadas pela Conferência no decurso de uma sessão anterior.

Direito Previdenciário

91. NÃO incidem contribuições sociais de seguridade sobre

- (A) folha de pagamentos de empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- (B) folha de pagamentos de partidos políticos, inclusive suas fundações, e entidades sindicais dos trabalhadores.
- (C) remunerações auferidas por segurados já aposentados pelo regime geral de previdência social.
- (D) a parcela da folha de pagamento de empresas relativa a contribuições a planos de previdência complementar disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes.
- (E) folha de salários de missão diplomática e repartição consular de carreira estrangeiras.

92. É segurado obrigatório do regime geral de previdência social o servidor público

- (A) ocupante de cargo em comissão federal, mesmo que tenha vínculo efetivo com a União.
- (B) ocupante de cargo em comissão federal, que tenha vínculo efetivo com Município que dispõe de regime próprio.
- (C) titular de cargo efetivo na União que exerce concomitantemente atividade abrangida pelo regime geral, independentemente do valor de seus vencimentos.
- (D) que ocupa, exclusivamente, cargo efetivo na União, quando seus vencimentos não superem o teto do regime geral.
- (E) que ocupa, exclusivamente, cargo efetivo na União, mesmo quando seus vencimentos superem o teto do regime geral.

93. Recursos provenientes de contribuições sociais de seguridade incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas podem ser utilizados para a realização de despesas com

- (A) benefício de prestação continuada de um salário mínimo devido a idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- (B) salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa e à empregada do microempreendedor individual.
- (C) auxílios ou subvenções a instituições privadas de assistência à saúde, inclusive com fins lucrativos.
- (D) benefício básico do programa bolsa-família, destinado a unidades familiares em situação de extrema pobreza.
- (E) ações e serviços públicos do Sistema Único de Saúde.



<p>94. NÃO pode ser computado, para fins de recebimento de aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, o tempo</p> <p>(A) de contribuição obrigatória feita por segurado especial sobre a produção rural comercializada.</p> <p>(B) em que a segurada esteve recebendo salário-maternidade.</p> <p>(C) de serviço militar, inclusive o voluntário, desde que não aproveitado por outro regime previdenciário.</p> <p>(D) de serviço prestado alternativamente ao militar por alegação de imperativo de consciência.</p> <p>(E) comprovado mediante prova testemunhal, baseada em início de prova material.</p>	<p>97. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende</p> <p>(A) somente do consentimento expresso dos credores trabalhistas e tributários.</p> <p>(B) do consentimento expresso ou tácito de todos os credores, em 60 (sessenta) dias de sua notificação.</p> <p>(C) do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em 30 (trinta) dias a partir de sua notificação.</p> <p>(D) apenas do pagamento de todos os credores trabalhistas e tributários.</p> <p>(E) exclusivamente do consentimento expresso dos credores com garantia real.</p>
<p>95. Após trabalhar como empregado por 20 anos para uma mesma empresa e por 16 anos para outra (com todas as contribuições previdenciárias oportunamente recolhidas), segurado do INSS fica desempregado e sem recolher qualquer contribuição por mais de 5 anos, ao final dos quais vem a falecer, deixando esposa (que é empregada) e sua mãe (de 66 anos de idade). Nessa situação, a lei prevê, quanto ao benefício pensão por morte, que</p> <p>(A) sua mãe, por ser idosa, e sua mulher, se seu salário for de baixa renda, terão direito ao benefício, que será rateado em partes iguais.</p> <p>(B) nenhuma delas terá direito ao benefício, porque foi perdida a qualidade de segurado pelo instituidor no momento do óbito.</p> <p>(C) somente sua mulher terá direito, desde que comprove que dependia parcialmente do segurado.</p> <p>(D) somente sua mulher terá direito, independentemente de comprovação de dependência econômica.</p> <p>(E) somente sua mãe terá direito, independentemente de comprovação de dependência econômica, por se tratar de pessoa idosa.</p>	<p>98. Na cisão, com a extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do seu patrimônio responderão</p> <p>(A) individualmente apenas na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nas obrigações não relacionadas.</p> <p>(B) solidariamente pelas obrigações que foram constituídas após a cisão.</p> <p>(C) em regra, individualmente apenas pelas obrigações expressamente relacionadas no ato da cisão.</p> <p>(D) solidariamente pelas obrigações da companhia extinta.</p> <p>(E) subsidiariamente pelas obrigações da companhia extinta.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Empresarial</p> <p>96. A duplicata é título de crédito</p> <p>(A) causal e pode ser emitida em razão da prestação de serviços, por empresas individuais, devendo a fatura discriminar a natureza dos serviços prestados.</p> <p>(B) causal ou formal, segundo a natureza da dívida que representa, dispensando-se a emissão de fatura, quando não corresponder à venda de mercadorias.</p> <p>(C) formal e só pode ser emitida como representativa da obrigação de entrega de coisa fungível, cujo valor deve ser declarado, para o caso de sua liquidação financeira.</p> <p>(D) causal e apenas pode ser emitida em razão da venda de mercadorias por empresas de natureza mercantil, sendo necessária a emissão de fatura correspondente.</p> <p>(E) formal e pode ser emitida como representativa de qualquer dívida de dinheiro.</p>	<p>99. A ação rescisória especial prevista para o processo de falência ou recuperação judicial que objetiva excluir ou retificar crédito derivado da relação de trabalho julgado pela Justiça do Trabalho, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, fraude, erro essencial ou documento ignorados na época do julgamento do crédito, é da competência</p> <p>(A) do Juízo do Trabalho que tenha originalmente reconhecido o crédito.</p> <p>(B) do Juízo do Trabalho do foro onde se processa a falência ou a recuperação judicial.</p> <p>(C) do Juízo universal da falência ou Juízo da recuperação judicial.</p> <p>(D) originária do respectivo Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) originária do respectivo Tribunal Regional do Trabalho.</p> <p>100. NÃO são abrangidos pelos efeitos da recuperação extrajudicial os créditos</p> <p>(A) com privilégio especial e geral.</p> <p>(B) derivados da legislação do trabalho e tributários.</p> <p>(C) com garantia real, até o limite do bem gravado.</p> <p>(D) em moeda estrangeira.</p> <p>(E) quirografários e subordinados.</p>